



Às 10:40 h do dia 27 de Junho de 2017, terça-feira, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Previdência de Petrópolis – CMPP. Presentes os Conselheiros e servidores do Inpas, que assinaram o Livro de Presença. O Presidente do Conselho, Fernando Leite Fortes, cumprimenta os presentes e passa ao primeiro item da pauta – Leitura da Ata anterior. A Secretária do CMPP, Arlete Barbosa Valero, pede ao conselheiro Sr. Reginaldo Xavier Wenceslau, representante do SISEP para realizar a leitura da ata; ao final, pergunta se existem correções a serem feitas, nada mais havendo, a ata é aprovada. O Presidente passa para segundo item da pauta – Entrega da prestação de contas do exercício de 2016 para apreciação; O Presidente inicia, dizendo que esse item segue a determinação do Tribunal de Contas, passa a palavra para o Sr. Aluísio Manzini, Controlador do Inpas. Aluísio Manzini inicia, fazendo a entrega do relatório, do exercício de 2016, aos membros do CONFINS para que seja analisado e aprovado, explica que todos esses anos essa documentação era enviada para o Tribunal de Contas, sempre com pendência do parecer dos membros. Em 2009 em diante, o conselho tomou por norma sempre encaminhar uma auditoria independente, mas no ano passado, quase não havia reunião por falta de quórum e por conta disso, existem duas pendências dos anos de 2015 e 2016, para serem regularizadas. O conselheiro Dr. Fábio Alves Ferreira, Secretário do Controle Interno do Município, fala que através de um levantamento, a pedido do Prefeito Bernardo Rossi, foi visto que as contas do Município eram enviadas sem o certificado de auditoria e agradece ao Sr. Aluísio Manzini que tem ajudado muito e, assim, estão conseguindo que cerca de 80 a 90% das contas têm sido enviadas com o certificado de auditoria; fala que teve muitas dificuldades, pois além de mandar a desse ano eles tiveram que fazer o certificado de anos anteriores, conforme o Tribunal foi notificando. Complementa que o sistema de contabilidade do Município é um sistema falho, dificultando assim o trabalho. O Presidente fala que será aberto um processo licitatório de contratação de uma empresa para ser feita a auditoria de 2016, para que se chegue ao fim de 2017, com auditoria de 2016 pronta. O Presidente passa para terceiro item da pauta - Apresentação do relatório trimestral, em cumprimento à portaria nº 519/2011 do MPS – O Presidente passa a palavra para a Sra. Michele Schiffler Forster, servidora do Inpas. Michele cumprimenta a todos e inicia dando ciência aos conselheiros sobre que foi feito das aplicações do primeiro quadrimestre de 2017, diz que o ano foi iniciado com R\$ 609.879,72 (seiscentos e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos) em aplicações no quadrimestre, foram feitas aplicações que totalizaram R\$ 2.083.000,00 (dois milhões e oitenta e três mil reais) e



resgates que totalizaram R\$ 1.927.050,64 (um milhão novecentos e vinte e sete mil cinquenta reais e sessenta e quatro centavos.) fechando assim o quadrimestre com R\$ 793.234,63 (setecentos e noventa e três mil duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos.) que renderam até o final de abril R\$ 27.405,55 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) de retorno das aplicações. Diz que todas as aplicações estão enquadradas na resolução do Banco Central e dentro da política de investimentos, que foi aprovada no fim do ano de 2016. Michele explica como essas aplicações estão divididas: R\$ 31.344,63 (trinta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos) em IRFM e R\$ 761.890,00 (setecentos e sessenta e um mil e oitocentos e noventa reais) no fundo IRFM1 diz que o comitê optou em trabalhar com o prefixado, sendo a melhor opção no cenário de queda de juros, fala que o Inpas trabalha com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e que as aplicações no Banco do Brasil, em 30 de abril, somavam R\$ 50.694,13 (cinquenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais e treze centavos) e na Caixa Econômica Federal R\$ 742.540,50 (setecentos e quarenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e cinquenta centavos) complementa que teve um retorno acima da meta e que abril foi fechado com 137,5% do atingimento da meta. Michele agradece a todos e pergunta se algum conselheiro tem alguma dúvida, Dr. Heitor Luiz Maciel Pereira, Secretário de Fazenda pergunta qual é a meta, Michele responde INPC + 6% ao ano. Nada mais havendo, encerra a sua apresentação. O Presidente agradece a Sra. Michele e passa para o próximo item da pauta - entrega do relatório do primeiro quadrimestre de 2017. O relatório é entregue a todos os conselheiros, o presidente complementa que se algum conselheiro tiver alguma dúvida, o Inpas e toda a diretoria estará à disposição para esclarecimentos. O presidente passa para o último item da pauta - Assuntos gerais - O Presidente fala que foi encaminhado um ofício para a Procuradoria-Geral do Município pedindo para que os processos do Dr. Mauro Fernando Candú e da Dra. Néia Cristina sejam agilizados; em resposta o Dr. Sebastião Médici, Procurador-Geral do Município, pede mais um tempo devido a saída do Dr. Ricardo Castilho da procuradoria, complementa que haverá um outro relator para o caso e que assim que terminarem os relatórios serão encaminhados para a Dra. Simone Bitencourt Baptista. O Presidente complementa que esse item não entrou em pauta por conta do ofício enviado. Dra. Simone Bitencourt Baptista pede a palavra e diz que precisa ter um prazo determinado, pois na reunião do mês de março foi votado e por, unanimidade, esse processo seria julgado na reunião do mês de maio, complementa que a procuradoria não providenciou os relatórios no prazo previsto e que deveriam ter sido providenciados, sendo um desprestígio com a decisão que o conselho tomou, pede um pouco mais de consideração por parte da procuradoria, diz que já tinha se organizado

com o Dr. Ricardo Castilho e com a saída dele, a procuradoria não mandou os relatórios, Sugere que Dr. Sebastião Médici determine um prazo ou o conselho indique outro relator para que seja dada a decisão, seja ela qual for pois essa situação não pode mais se prolongar sem ter uma solução. O Presidente diz que na reunião passada trouxe a conhecimento do conselho um ofício enviado pela Procuradoria Geral alegando não ter tido tempo hábil e que ninguém havia se manifestado. O conselheiro Dr. Fábio Alves Ferreira faz uma sugestão, pede a Dra. Simone Bitencourt que entre em contato com a procuradoria para acertar a agenda e receber os relatórios, para que possa ser feito em tempo a sua revisão e trazer ao conselho com antecedência. Dra. Simone Bitencourt diz que acha que vai combinar com Dr. Sebastião Médici e que no dia do prazo ele dirá que não pode entregar o seu parecer, devido a demanda de trabalho. Dr. Fábio Alves complementa que, está partindo de uma presunção e afirma que o Dr. Sebastião receberá a Dra. Simone Bitencourt, sem problemas para ajustar essa questão. Dra. Simone pergunta se o Dr. Sebastião Médici já fez a indicação do novo suplente. O presidente responde que não e que está aguardando. O Presidente diz que pode definir um prazo para que esse relatório seja entregue, ficando acordado com os conselheiros, dia 10 julho, para poder entrar na pauta da próxima reunião dia 25 julho. O presidente pergunta esse prazo daria para Dra. Simone Bitencourt fazer a sua revisão. Dra. Simone Bitencourt diz que sim, complementa que o Dr. Ricardo Castilho estava muito atribulado e que em uma conversa, Dr. Ricardo Castilho pede para a Dra. Simone Bitencourt fazer os relatórios e a revisão, ficando assim acordado com Dr. Ricardo Castilho. Fala ainda que se o Dr. Sebastião Médici não conseguir entregar os relatórios até a data prevista, que, ela pode fazer os relatórios. O Presidente diz que solicitará um ofício para fazer o encaminhamento dos relatórios até o dia 10 de julho. O Presidente comunica aos conselheiros sobre duas correspondências que foram endereçadas ao CMPP, Arlete Barbosa Valero faz a leitura dos ofícios, referente ao ofício 284/201 e o ofício nº 283/217, solicitando os pagamentos das parcelas de abono permanência. O presidente diz que pediu a Dra. Patrícia Ventura Marinho, Procuradora-Chefe do Inpas, para entrar em contato com Dr. Sebastião Médici para ele ser mais explícito sobre os ofícios. Dra. Patrícia Ventura Marinho, explica que a parcela do abono permanência é uma parcela que incentiva o servidor a continuar trabalhando e o único órgão que pode fazer o desconto desse abono é o próprio órgão em que o servidor esteja lotado e que não é recolhimento para o Inpas, complementa que não sabe se houve algum equívoco em encaminhar esses ofícios



para o CMPP. O conselheiro Sr. João Carlos Raeder, Suplente do Secretário Anderson Juliano, diz que estava tentando entender o caso e a conclusão que chegou foi que: a pessoa tinha condições de se aposentar e deve ter requerido na Prefeitura, e nunca ouviu o pagamento e por isso entrou em juízo e solicitou agora que seja devolvido esse abono. O Presidente fala que encaminhou os ofícios para ciência de todos os conselheiros. A Secretária Arlete Barbosa Valero complementa que em resposta, o Conselho diz que, equivocadamente, esses ofícios foram enviados para o CMPP e quem tem que pagar, se for caso de atraso, é a Prefeitura e não o Inpas. O Presidente pergunta se alguém tem algo a dizer, nada mais havendo a tratar, agradece a presença de todos e encerra a reunião às 11:15 h. Lavrada a presente Ata que segue assinada pelos presentes e por mim, Michelle Lopes, quem a digitou.

Arlete Barbosa Valero

Claudia Martins

Eduardo G. Barbosa

Francisco Ecaard

Fernando L. Fortes

Fábio Alves Ferreira

Heitor Luiz Maciel Pereira

Iris Palma Magalhães

João Carlos Raeder

Luiz David F. V. Assumpção

Michele Schiffler Forster

Michelle Da S. Lopes

Rosane C. Amaral

Reginaldo Xavier Wenceslau

Simone Bitencourt Baptista

